

ACESSIBILIDADE DE CRIANÇAS DEFICIENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CAMOCIM

Autor: José Jenkis da Silva Oliveira

Co-autor: Lilian Marques de Almeida

Co-autor: Djalma Tomaz dos Santos

Orientadora: (Emly Araújo)

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE Campus Camocim,
www.ifce.edu.br e gabinete.camocim@ifce.edu.br*

RESUMO

Neste artigo objetiva-se ressaltar a importância das escolas no atendimento às crianças com necessidades especiais e focar na necessidade da acessibilidade dessas crianças com deficiências nas escolas públicas da cidade de Camocim, tendo em vista que toda criança deficiente tem direito de frequentar a escola e garantir uma acessibilidade de qualidade no espaço escolar, essa realidade está longe de se concretizar pois, sabemos que nem todas as escolas estão preparadas e adaptadas para receber esse público tão excluído da sociedade. Um dos pontos negativos da acessibilidade é a falta de verbas para a preparação e inserção dessas crianças na escola, o preconceito e a não aceitação de grande parte da população. A partir desses pontos que interferem sempre na matrícula e permanência dos alunos na escola, buscamos respostas mediante pesquisas, nas quais percebemos que muitas escolas de Camocim precisam se adaptar a essa visão de mundo tão presente e que essas adaptações precisam ser feitas para favorecer o meio educacional para que o desenvolvimento, dessas crianças com necessidades especiais, seja realmente reconhecido e respeitado pela sociedade e pela educação. Mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que assegura o direito da criança com necessidades especiais ao ambiente escolar esteja vigente, ainda existem muitas crianças que não frequentam a escola por falta de salas, banheiros, rampas e vários outros ambientes adequados às suas respectivas deficiências. Para a realização deste artigo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, visitas técnicas às instituições de ensino, para compreender o uso da acessibilidade nas escolas públicas da cidade de Camocim, tendo como instrumento principal a educação inclusiva.

Palavras Chave: Acessibilidade, Escola, Sociedade, Criança, LDB.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui em uma pesquisa bibliográfica que foi realizada nas escolas públicas municipais de Camocim, visando o acesso no espaço escolar que é essencial para uma educação de qualidade e que assegure a criança com deficiência no meio escolar, onde o tema da acessibilidade é uma das questões centrais para a qualidade de vida das crianças no âmbito educacional. Todos nós sabemos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação assegura o direito da criança com necessidades especiais ao ambiente escolar, por descrito no art. 2º da Lei nº 10.098/2000, “que acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance das pessoas com deficiência para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

A educação inclusiva vem se tornando uma realidade e com esse processo vem os desafios, como foco principal a acessibilidade de crianças com deficiência. As escolas e as famílias estão realmente preparadas para garantir o desenvolvimento pleno e uma acessibilidade para o aluno com deficiência? As escolas realmente estão preparadas para receber esses alunos, se tem como viabilizar uma educação de qualidade. Como acessibilidade para eles, se contém rampas de acesso de qualidade e adequados para receber os alunos?

São perguntas que só poderão ser respondidas com um tempo, pois se tratam apenas de conscientização da sociedade de um modo geral, mas também do núcleo gestor das escolas viabilizar essas questões num sentido mais amplo, e ser analisados esses pontos pelo núcleo gestor é fundamental para que a educação seja realmente inclusiva e não exclusiva.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo se fez por visitas técnicas mediante o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas da rede pública de Camocim. Realizou-se a princípio, a pré-leitura, pesquisando-se em artigos acadêmicos a existência das informações desejadas. Através da primeira leitura fez-se uma seleção de obras e artigos para ser examinados mais atentamente.

Em seguida realizou-se visitas técnicas nas escolas da rede pública de educação de

Camocim. A tabela abaixo demonstra a lista das escolas selecionadas e as datas das visitas técnicas.

ESCOLAS SELECIONADAS	DATAS DAS VISITAS
Escola de Ensino Fundamental Francisco Ottoni Coelho	05/07/2016 à 10/07/2016
Escola de Ensino Fundamental Alba Maria de Lima Aguiar	15/08/2016 à 20/08/2016
Escola de Ensino Fundamental Idelzuite Tavares	25/08/2016 à 30/08/2016

Realizou-se as leituras críticas/analíticas dos textos e livros selecionados para depois proceder a leitura interpretativa procurando estabelecer relações, confrontar ideias pesquisadas acerca da inclusão de crianças com deficiência, em seguida foi aplicado um questionário durante as entrevistas realizadas nas visitas técnicas às instituições de ensino como instrumento da educação inclusiva.

MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AS ESCOLAS.

Prezado (a) Sr.(a). _____

Este questionário tem como objetivo mapear e caracterizar a situação da acessibilidade dos alunos com Necessidades Especiais nas escolas da Rede Pública de Ensino no Município de Camocim. A sua participação é muito importante, pois subsidiará nosso estudo de caso. Gostaríamos que soubesse que será resguardado o sigilo de quem responde ao questionário. Muito obrigado pela sua colaboração!

Dados da Instituição de Ensino

Nome da Instituição: _____ Bairro onde se localiza: _____
Endereço: _____ Inep: _____
Telefone: () _____ Nome do responsável: _____

Questionário

1º) A escola contém rampas de acesso?

Sim () ou Não () se não justifique sua resposta.

2º) Nesta escola todos estão preparados para receber as crianças com algum tipo de deficiência? Se sim justifique sua resposta.

Sim () ou Não ()

3º) Todos os profissionais que atuam na sala de AEE são capacitados?

Sim () ou Não ()

4º) Quantos alunos com deficiência são atendidos pela a escola?

5º) A escola tem andar superior? Se sim tem acesso para cadeirante?

Sim () ou Não ()

6º) A escola é bem localizada? As crianças com deficiência tem acesso a escola?

7º) Qual a sua opinião sobre a inclusão nas escolas municipais da cidade Camocim.

8º) Na sua opinião a escola garante uma educação inclusiva adequada para os alunos que necessitam de acompanhamento?

9º) Quais os tipos de deficiências a sala de AEE da escola atende?

10º) Os profissionais que atuam com as crianças na sala de AEE tem algum curso de qualificação na área.

Sim () ou Não ()

2.1. O processo Histórico de Pessoas com Deficiência

O processo de pessoas com algum tipo de deficiência, sempre foi um meio de conscientizar a sociedade em geral sobre a importância do respeito que o ser humano precisa para viver com dignidade entre sociedade, todos têm o

direito de ir e vir sem se preocupar como será a vida dele no meio social, por ser um indivíduo que tem algum tipo de deficiência e que precise de algum tratamento especial.

Como toda a sociedade já sabe, o processo da pessoa com deficiência foi muito longo para ser aceito na sociedade por vários anos, muitos lutaram por igualdades de direitos, e precisaram passar por tratamentos humilhantes para serem vistos como pessoas que podem trabalhar e tem como atuar no mercado do trabalho sem precisar olhar para a sua deficiência, foi devido a esses indivíduos que lutaram por esses direitos que hoje eles são garantidos por lei.

Atualmente no Brasil são mais de 45 milhões de pessoas que sofrem de alguma deficiência olhando que o processo histórico foi muito doloroso para as pessoas que precisam de tratamento igualitário que lutaram para garantir o seu direito por lei. Mas o processo histórico foi muito difícil. Segundo pesquisa do IBGE, em 2010 o Brasil possuía mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e que precisava de algum tipo de tratamento, que hoje é garantido por lei, lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Da Constituição Federal de 1988, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Todos nós sabemos que ainda hoje não existe um estudo mais aprofundado que venha trazer os assuntos de pessoas com deficiência físicas, mas alguns intelectuais afirmam que o tratamento dispensado as pessoas com deficiência, nos primórdios da civilização humana, baseava-se em dois extremos: ou exterminação ou proteção do indivíduo que possui algum tipo de deficiência.

Nos primórdios da antiguidade aquelas pessoas que nasciam com alguma deficiência eram tidos e vistos como fardos para os grupos, grupos esses que eram formados por pessoas da sociedade e burgueses, que os tratavam como pessoas anormais, já que para a época o povo ainda pensava pequeno, tinham uma visão de mundo muito baixo e pensavam que por ser deficiente a pessoa não poderia trabalhar e nem estudar por que era proibido o uso da língua dos sinais como L2, nas escolas da época, por não ter pessoas que reivindicassem a favor das pessoas com deficiência, ou seja, para os burgueses essas pessoas anormais e que tinham a necessidade de proteção contra as intempéries da natureza, isso para os intelectuais da época via como motivo para exterminação desses indivíduos com deficiência para se verem “livres”.

O tratamento dado a essas pessoas não modificou na idade média e nem mesmo na idade moderna, sendo vítimas da sociedade que excluem por não estarem dentro do padrão normal de pessoas físicas e psicológicas.

A vida das pessoas com deficiência começou a mudar com a revolução que ocorreu na França, aí vem o começo dos ideais humanistas. As pessoas com deficiência começaram a ter um lento processo de reconhecimento de seus direitos fundamentais. Como BRASIL, 2006 afirma que ao longo desse processo teve grandes transformações que veio para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência na sociedade e essas mudanças começaram pelas instituições de ensino.

Grandes transformações ocorreram desde os anos 30 no sistema educacional brasileiro e as concepções sobre o atendimento às crianças com deficiência. Na década de 50 surgiram as primeiras escolas especializadas e classes especiais e com predominância de uma concepção e atitude assistencialista presente na idade média, havendo a presença de instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiências (BRASIL, 2006)

Com essas grandes transformações na sociedade, que ainda são insignificantes para as pessoas com necessidades especiais, a sociedade passou e começou a entender que o tratamento para os indivíduos com necessidades especiais é de fundamental importância, assim a sociedade em geral viu as lutas de muitos para garantir seus direitos, tanto que sentiram a necessidade de criar um sistema que viesse garantir os direitos dos indivíduos que necessitavam de algum tratamento especial devido aos vários tipos de deficiência, assim na década de 50 começou a surgir as primeiras escolas que tinham como objetivo principal assegurar os direitos, dando assistência a esses indivíduos, com isso, as atitudes foram começando a se transformar

2.2. A pessoa com deficiência e o longo processo constitucional

A Educação Inclusiva é de fundamental importância para os indivíduos que necessitam de um tratamento especializado, assim veio surgir o processo constitucional, para garantir os direitos que esses indivíduos precisam. No processo constitucional brasileiro, as pessoas com deficiência surgiram devido a primeira emenda constitucional de 1967, veio para contribuir, somar e garantir meios de transformações

para as pessoas com deficiência. Foi nesta mesma época que foi lançado a expressão “educação dos excepcionais”, ou seja, sendo esta, considerada a primeira menção ou emenda à pessoa com deficiência no Direito Brasileiro. Foram as “grandes” inovações que a Constituição Federal do ano de 1988 garantiu para as pessoas com necessidades especiais. Levando em conta que a Constituição Federal de 1988 diz que: as pessoas com deficiência têm direito a proteção, reserva de vagas em concursos públicos, assistência social, educação, dignidade humana e cidadania.

2.3. Conceito de Pessoa com Deficiência

As concepções de “pessoa com deficiência” tiveram origem na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Resoluções ONU 2542/75 e 3447/75), na qual ficou estabelecido que a pessoa com deficiência é qualquer pessoa que se julgar incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, por motivos de ter algum tipo de deficiência, sendo mental, física ou mesmo intelectual.

O objetivo de utilização desta expressão é ressaltar que a pessoa com deficiência é, antes de tudo, uma pessoa, com direitos fundamentais e deveres, e sua deficiência é uma característica que deve ser considerada, mas que não lhe reduz como pessoa. Atualmente no século XXI, a luta das pessoas com deficiência é constante, e é travada por diversos segmentos da sociedade, sempre procurando acabar e eliminar as barreiras do preconceito.

Araújo (2001) argumenta que a ideia de carência, falta, falha, quando se fala de pessoa com deficiência, não se situa no indivíduo, mas em seu relacionamento com a sociedade. Então o autor fala do relacionamento com a sociedade que define se a pessoa é ou não deficiente. Então, se a deficiência que a pessoa apresenta não impede que ela se relacione com a sociedade, ela não será vista como deficiente.

2.4. Acessibilidade um direito de todos?

O direito de ir e vir é o principal direito de todos os indivíduos. Consiste no direito à existência do ser humano. Como ensina José Afonso da Silva, o direito de ir e vir deve ser respeitado e compreendido, incluindo o direito de

nascer, de permanecer vivo, de defender o próprio direito perante a constituição.

A pessoa com deficiência é também sujeita do direito de ir e vir sem se preocupar. E todo indivíduo tem a necessidade de atendimento adequado de saúde, tratamento médico especializado, fisioterapia, acompanhamento psicológico, adaptação ou readaptação para o mercado de trabalho, quando for indicado.

A obra “O reto e o oblíquo” de REGINA, 2014 cita que “Nós não viemos ao mundo por acaso simplesmente por vir, temos um lugar a ocupar, um papel a desempenhar uma missão a cumprir, um apelo de vida é feito a cada instante e a nossa resposta é urgente e inadiável, única e singular”. A escritora mostra com clareza que cada indivíduo tem uma responsabilidade, cada um com o seu papel e sua importância na sociedade, mostra que cada um é insubstituível, que nenhuma pessoa é igual a você, cada um tem seus problemas, tem sua importância no mundo e na sociedade, assim as pessoas com deficiência têm muito a contribuir para a sociedade, quando se fala em direito já garantido em lei, já que esta veio para somar e contribuir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola como sabemos é uma invenção do modernismo, ainda assim a maioria das instituições de ensino não se adequou para receber e garantir uma acessibilidade de inserir crianças com deficiência, como exemplo incluir as escolas que receberam a visita técnica, estas precisam de uma adequação rápida para atender as crianças que precisam se locomover para ter acesso a educação, tendo por objetivo defender que toda criança com deficiência tenha o direito garantido de frequentar a escola. Para que as crianças tenham o acesso às escolas, é preciso ter uma adequação do espaço físico, como por exemplo: rampas de acesso, além disso é necessária uma conscientização para que não exista preconceito por parte dos outros alunos. Assim, as crianças com deficiência estarão inseridas no meio acadêmico e poderão ter suas capacidades valorizadas e estimuladas, contando sempre com o apoio dos pais, dos professores e dos colegas de sala.



Figura 1 Sala de AEE da Escola Francisco Ottoni Coelho ano 2010



Figura 2 Sala de AEE da Escola Francisco Ottoni Coelho ano 2010

Foi possível constatar que muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer a educação e o desenvolvimento das crianças com deficiência, pois a realidade é que muitas escolas da cidade de Camocim, além dos familiares das crianças, não estão preparadas para garantir o desenvolvimento pleno e escolar destas crianças. Procuramos entender o direito que as mesmas têm dentro e fora do espaço escolar.

Na cidade de Camocim, muitas escolas da rede pública estão vivendo um movimento que ficou conhecido como Movimento da Inclusão de Pessoas com Deficiência. Mas, quando se fala de inclusão muitas instituições precisam se adaptar para garantir uma educação especial para todos. Em visita técnica a três escolas do município, foi possível identificar e perceber que o acesso é muito dificultoso para as pessoas com deficiência, diante dessas observações foi necessário ampliar os estudos a respeito do tema, procurando entender o motivo pelo qual as escolas não conseguem garantir uma acessibilidade educacional para as crianças com necessidades especiais.

Na busca de uma instituição educacional mais interativa nos deparamos com a acessibilidade, um fator muito integrante do processo de inclusão construindo grandes desafios que devem ser superados, pois ao longo dessa pesquisa encontramos muitas dificuldades nas instituições que visitamos, primeira observação foi que nas escolas que realizamos a visita técnica não existe rampas de acessos para as crianças se locomoverem, outra observação foram as práticas pedagógicas dos professores, existem professores que lecionam matérias e trabalham com as crianças deficientes sem formação adequada para trabalhar com este público específico. Foi possível observar que nem todas as escolas são bem localizadas, sendo difícil o acesso para os alunos que precisam se locomover sem transporte, por exemplo, até a instituição para ter o acesso total ao ensino, que por sinal é precário e muitos docentes não estão preparados para receber essas crianças.

Como podemos perceber as instituições estão procurando sim, se adaptarem a este processo, mesmo com a precariedade das salas de AEE existe um interesse maior por parte dos profissionais que trabalham com essas pessoas. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas em todas as escolas, o município faz com que as instituições incluam todas as crianças, até mesmo as que possuem necessidades especiais, dentro e fora da sala de aula, criando salas especiais para tratamento que não supre todas as necessidades, mas ajuda bastante e estão cada vez mais acessíveis e se desenvolvendo para o melhor desenvolvimento das crianças com necessidades especiais.



Figura 4 Sala de AEE da Escola Francisco Ottoni Coelho ano 2010



Figura 5 Sala de AEE da Escola Francisco Ottoni Coelho ano 2010

4. CONCLUSÕES

Conclui-se o presente artigo com uma reflexão sobre as instituições públicas do município de Camocim, que elas precisam e estão dispostas a aceitar o novo, garantindo uma educação especial bem sucedida para as crianças dando ênfase nas crianças com necessidades especiais, que necessitam de uma educação dedicada e direcionada para elas e que possam receber um atendimento adequado às suas necessidades, pois não basta simplesmente aceitar essas crianças, se os professores ou até mesmo a comunidade escolar ainda não estão preparados para a realização da prática de inclusão onde está em Lei Nº 9394/96, que as pessoas com deficiência possam gozar de seus direitos possíveis para ter um acesso de qualidade no ensino público de Camocim.

Pensando por outro lado a inclusão educacional não é um processo rápido, e muito menos automático, é um grande desafio a ser enfrentado devido a várias circunstâncias, não é toda instituição de ensino que dentro de um prazo curto possa desenvolver o processo de adequação para receber essas crianças. É um grande

desafio que as instituições estão trilhando, pois não só se deve adequar corretamente como tem que ter uma capacitação para os docentes que atuam com esses alunos deficientes, essa dificuldade não é só em ter acessibilidade, mas principalmente pela falta de professores habilitados e de estruturas físicas adequadas. Como citado anteriormente a realidade que as escolas estão passando pelo desenvolvimento de inclusão e que de fato é desconhecido por muitos.

6. REFERÊNCIAS

PIRES, Mônica de Moura (org.) **Manual para elaboração de trabalhos técnico-científicos**.4 ed. Ilhéus: Editus, 2006.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro 1996 **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília,23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: Brasília: MEC/SEESP, 2006b.

STELLA, Regina. **Livro o Reto e o Obliquo**, 2007. Disponível em:< <http://reginastellaescritora.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL, **Presidência da República: Planalto 2015**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2015_-_2018/2015/lei/113146.htm/ >. Acesso em: 09 de setembro de 2017.